

RELATÓRIO E CONTAS **2017**



CP Cooperativa
Craia
Cultural

Proposta de Relatório de Gestão e Contas 2017

Missão

Promover a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de um milhão cento e quarenta mil setecentos e quinze euros, representado por duzentos e vinte e oito mil cento e quarenta e três títulos, de cinco euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

- a) Uma de um milhão cento e dez mil quinhentos e noventa e cinco euros, representado por duzentos e vinte e dois mil cento e dezanove títulos, pertencente ao Município da Praia da Vitória;
- b) Uma de vinte e nove mil quinhentos e noventa euros, representado por cinco mil novecentos e dezoito títulos, pertencente à Filarmónica União Praisense;
- c) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Corpo Nacional de Escutas;
- d) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Orfeão da Praia da Vitória;
- e) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo de Teatro Experimental "A Teia";
- f) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Tibério Manuel Faria Dinis (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Paula Cristina Pereira Azevedo Pamplona Ramos (Município da Praia da Vitória)

Secretária: Virgínia Maria Barcelos Faria (Município da Praia da Vitória)

Direção:

Presidente: Carlos Armando Ormonde da Costa (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Maria Madalena Medeiros Pereira (Filarmónica União Praise)

Tesoureiro: José Avelino dos Santos Simões Borges (Município da Praia da Vitória)

Secretário: Carlos Alberto Vieira Gomes (Filarmónica União Praise)

Vogal: Francisco Saúl Pinheiro Mouro (Orfeão da Praia da Vitória)

Conselho Fiscal:

Presidente: Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde (Município da Praia da Vitória)

Vogal: João Carlos de Castro Tavares (Corpo Nacional de Escutas)

Relatora: Luísa Moniz Matos (Grupo Folclórico "Fontes da Nossa Ilha")

I – Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2017 correspondendo ao vigésimo ano de atividade da Praia Cultural após a sua constituição em 1998.

A Praia Cultural foi formalmente criada, em 6 de julho de 1998, através de escritura pública que estabeleceu a parceria entre o Município da Praia da Vitória e entidades representativas do setor cultural, tendo os titulares dos seus órgãos sido eleitos em Assembleia Geral realizada no mesmo dia.

As entidades cooperadoras que fundaram a Praia Cultural, além do Município da Praia da Vitória, são: a Filarmónica União Praise; o Corpo Nacional de Escutas; o Grupo de Teatro Experimental “A Teia”; a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz e o Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”.

Em 2003 foi aceite como cooperante o Orfeão da Praia da Vitória.

Em 2005 a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz foi dissolvida, deixando de ser cooperante.

O Plano de Atividades e Orçamento a que o presente Relatório respeita foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 20 de outubro de 2016, por unanimidade, com a presença dos representantes do Município da Praia da Vitória, da Filarmónica União Praise, do Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha” e do Orfeão da Praia da Vitória. O Conselho Fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu parecer positivo, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

II – Enquadramento das Atividades

No exercício de 2017 assinalam-se as atividades mais relevantes:

Atividades no plano institucional:

Realizaram-se duas reuniões da assembleia-geral – em 28/03/2017 e 24/11/2017, que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas.

No plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi mantida, no essencial, a estrutura organizacional aprovada em 19 de dezembro de 2012.

No final do ano de 2017 a Praia Cultural tinha 29 funcionários/as, a que acresciam 5 estagiários T e 1 estagiário L.

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, ou seja, um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e um Vogal, todos não remunerados, eleitos em Assembleia Geral de 31 de março de 2016.

III – Atividades

No ano de 2017 foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas, conforme previsto no respetivo Plano de Atividades:

JANEIRO

Entre os dias 11 e 16 de janeiro de 2017 decorreu a 3ª edição da formação “Iniciação à Fotografia”, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, ministrada por Mike Maciel. A formação realizou-se entre as 19:00 e as 22:00 de Segunda a Sexta-feira e das 10:00 às 17:00 ao Sábado.

Também durante o mês de janeiro foram exibidos 3 filmes num total de 6 sessões sendo uma delas gratuita para menores de 12 anos.

FEVEREIRO

No dia 4 de fevereiro a AJAIT acolheu o Festival de Sopas promovido pela Filarmónica União Praisense.

Já no dia 5 do mês em referência teve lugar, no Auditório do Ramo Grande, o espetáculo de solidariedade organizado pela Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores. Este evento contou com a participação do fadista Natalino de Jesus tendo público jovem fiel ao evento.

Já a 18 de fevereiro teve lugar no foyer do Auditório do Ramo Grande a inauguração da exposição “O Carnaval de Hélio Costa”. Esta mostra esteve patente ao público até 20 de março.

A 18 e 19 de fevereiro o palco do Auditório acolheu a atuação dos bailinhos que participaram no Carnaval Sénior de 2017 tendo contado com 10 bailinhos do concelho da Praia da Vitória e 3 de Angra do Heroísmo.

Já de 25 a 28 de fevereiro, e à semelhança de anos anteriores, o ARG acolheu 52 bailinhos de Carnaval.

Ainda durante o mês de fevereiro foram exibidos 3 filmes, num total de 11 sessões. Este período contou com a estreia nacional do filme “As Cinquenta Sombras Mais Negras” e 2 sessões de cinema gratuitas correspondentes ao cinema infantil para menores de 12 anos.

MARÇO

Com o objetivo de se comemorar o dia Mundial da Mulher, a 11 de março a Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira acolheu o IV Encontro de Coisas de Mulheres. À data verificou-se uma forte adesão do público feminino a quem se destinava este evento.

No mesmo dia teve lugar também o evento “Mulher é Poesia” que contou com a participação musical de Joana Pires e Filipe Soares.

De 13 a 27 de março, na galeria da AJAIT, esteve patente a exposição “Dimensões”, da autoria de Luís Godinho e promovida pela Cáritas da Ilha Terceira.

As comemorações do 113º aniversário da Filarmónica União Praisense, decorreram a 20 de março no Auditório do Ramo Grande onde teve lugar uma sessão solene precedida de um concerto.

No dia 24 do mesmo mês teve lugar o desfile Praia Mais, pelas 21:30 no passeio da marina da Praia da Vitória. Esta iniciativa contou com a colaboração de um número significativo de jovens modelos.

No mesmo dia, na tenda que se encontrava na marina, a II Feira Vitória. Tal iniciativa prolongou-se até ao dia 26 de março.

No âmbito das comemorações do dia Mundial do Teatro, a 25 de março o Auditório do Ramo Grande acolheu a peça “Estórias do Astro da Velha”, produzida pela Escola de Teatro e pelo Alpendre. Já no dia seguinte, o Grupo de Teatro Alpendre levou a palco a peça “Já não Gosto de Chocolates” da autoria de Álamo Oliveira.

De 31 de março a 2 de abril tiveram lugar diversas atividades no Centro Histórico da Cidade e no Auditório do Ramo Grande no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo. No decorrer desta iniciativa foi montado um puzzle gigante na Praça Francisco Ornelas da Câmara, com peças decoradas por diferentes instituições do concelho e jovens de todas as idades. Dentro desta programação específica, foi ainda exibido um filme sobre Autismo no Auditório do Ramo Grande.

Ainda no decorrer do mês de março foram exibidos 4 filmes, num total de 8 sessões, sendo duas delas gratuitas para menores de 12 anos.

ABRIL

Decorreu desde o dia 30 de março a 2 de abril a Onda Cultural da Fonte do Bastardo com diversas atividades recreativas e culturais tendo como destaque o espetáculo do grupo humorístico “Fala Quem Sabe”.

Nos mesmos dias na AJAIT realizou-se o Campeonato Regional de Trauma que contou com a participação de 9 corporações de bombeiros das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Para jovens e formados na área de Psicologia Educacional, a 1 de abril teve lugar no Auditório do Ramo Grande uma palestra onde foram abordadas temáticas relacionadas com a área de Psicologia Social. Esta iniciativa foi ministrada pela Dra. Kátia Miranda.

Já a 2 de abril teve lugar um concerto para angariação de fundos para o Centro de Apoio à Deficiência. Esta iniciativa contou com a presença de várias crianças e jovens do concelho.

Integrado nas ações de sensibilização contra os maus-tratos infantis, a 4 e 5 de abril teve lugar a Hora do conto promovida pela Comissão de proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Já ao 5º dia do mesmo mês, teve lugar a 11ª Edição do Torneio de Sueca Sénior. Esta iniciativa foi promovida pelo departamento de Ação Social da Associação Salão Teatro Praiense.

De 7 a 10 de abril o Clube de Golfe da Ilha Terceira acolheu a I Edição do Praia Wine Festival, iniciativa esta organizada na parceria conjunta entre o Município da Praia da Vitória, a Cooperativa Praia Cultural e aquela entidade.

Já a 8 de abril teve lugar nas instalações da Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira o Festival do Tabuleiro promovido pela FUP.

De 10 a 13 de abril teve lugar na AJAIT o workshop de iniciação ao Photoshop ministrado por Paulo Cunha.

De 11 a 13 do mês em referência, a Biblioteca Municipal Silvestre Ribeiro acolheu “Vamos Brincar com a Páscoa” e a tradicional Caça ao Ovo para meninas e meninos do concelho.

Em termos desportivos, o campo de futebol Manuel Linhares de Lima acolheu a 10ª edição do torneio “Ramo Grande Azores Cup” de 13 a 16 de abril. Esta iniciativa contou com a participação de 18 clubes e 400 crianças do país e da diáspora.

De 17 a 18 do mesmo mês a AJAIT acolheu o workshop de introdução a redes informáticas ministrado por Ruben Ribeiro.

De 22 a 24 de abril, no âmbito do projeto Vitória, a Praia da Vitória acolheu a iniciativa “Taste & Sound”. Esta iniciativa, que trouxe muitas pessoas ao centro histórico, incluiu degustação de alcatras e a atuação da artista Micaela. Já a 24 de abril na Avenida Álvaro Martins Homem houve a atuação dos DJ’s Rod Ávila e Camelier.

A 28 do mesmo mês na AJAIT, teve lugar a exposição “Pedacos da Ilha” de Manuel Martins. Esta mostra esteve patente até 21 de maio.

Enquadrado nas comemorações do mês da prevenção dos maus tratos na infância, a 28 de abril teve lugar um Peddy Paper no centro histórico da cidade.

Já no dia 24, o Auditório do Ramo Grande acolheu o concerto “Cantar Abril” promovido pela FUP.

Resultado de uma parceria conjunta entre o Município da Praia da Vitória e a Junta de Freguesia de São Brás, a freguesia de São Brás acolheu a 10ª Edição da Onda Cultural na qual foram incluídas diversas iniciativas recreativas e culturais.

Já no Sábado dia 29 teve lugar no Auditório do Ramo Grande o evento “Musical para Idosos” promovido pela ASTP.

A 30 do mesmo mês, a AJAIT acolheu a apresentação dos trabalhos realizados no âmbito do Workshop “Flauta e Precursão” pela FUP.

Ainda durante o mês de abril no Auditório do Ramo Grande foram exibidos 5 filmes que corresponderam a um total de 14 sessões de cinema sendo 7 de estreia nacional.

MAIO

De 2 a 6 de maio decorreu no Auditório do Ramo Grande o Workshop “Check Up do Seu Negócio”. Esta iniciativa integrada no programa Vitória, teve orientação de Regina Pinheiro e Raquel Soares e teve como principal alcance os comerciantes da Praia da Vitória.

A 3 de Maio a AJAIT acolheu a palestra “SOS Agricultura – STOP aos Pombos” organizada pelo colégio Divertiláxia.

Já a 9 teve lugar na AJAIT o seminário “Turismo Ornitológico: Potencialidades do Arquipélago dos Açores”, realizado no âmbito do Dia Mundial das Aves Migratórias.

Já a 13 de maio teve lugar a 11ª Edição do Festival Sol Menor no Auditório do Ramo Grande tendo envolvido várias crianças da Região Autónoma dos Açores.

No dia 20 do mês em referência decorreu a 4ª Edição da Feira da Família na tenda junto à marina. Esta iniciativa foi promovida pela Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

Nesse mesmo dia o Auditório do Ramo Grande acolheu o 59º aniversário do Juventude Desportiva Lajense.

Já de 25 a 27 de maio, na AJAIT, teve lugar o II Festival Internacional de Contistas que contou com um vasto leque de participações.

A 26 do mesmo mês foi inaugurada uma exposição de pintura de Ilídio Gomes subordinada ao tema “Viragem”.

Com o intuito de cativar todos os jovens e empresários presentes para serem possíveis empreendedores, no dia 27 de maio realizou-se o evento “Faz Acontecer Talks” promovido por André Leonardo.

A 31 de Maio em diferentes estabelecimentos de ensino do concelho teve lugar a atividade “Conversas Sobre Natureza”.

Neste mesmo mês teve lugar 4 filmes, um total de 8 sessões. O filme “Piratas das Caraíbas: Homens Mortos Não Contam Histórias” foi Estreia Nacional.

JUNHO

Em junho de 2017, entre os dias 2 e 4 teve lugar o “Congresso Insular das Misericórdias” no Auditório do Ramo Grande e na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira.

A 7 de Junho foi apresentado aos pais e familiares mais próximos a festa final de todos os escalões da Companhia de Dança da AJAIT no ARG.

JULHO

A 10, 11 e 12 de julho decorreu no ARG a formação “Matemática-Repensar” para todos os profissionais do ensino primário e pré-escolar. Esta iniciativa foi organizada pela Escola Básica e Integrada Francisco Ornelas da Câmara.

A 17 de Julhos foi inaugurada a exposição de pintura de Maria Paula Reis. Esta exposição esteve patente até 17 de agosto.

AGOSTO

De 4 a 13 de agosto tiveram lugar as Festas Concelhias da Praia da Vitória. Subordinadas ao tema “O Teatro Acontece”, este evento municipal incluiu na sua programação atividades desportivas, desfiles, atuações, concertos, gastronomia, atividades tauromáquicas e religiosas. Esta foi a 29ª edição das Festas da Praia da Vitória.

OUTUBRO

Em outubro, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira e no Auditório do Ramo Grande teve lugar a XII Edição do Outono Vivo. Este evento teve lugar entre os dias 27 de outubro e 12 de novembro, reunindo nestes espaços vários escritores, oradores e artistas em diferentes eventos culturais relacionados com a Literatura e artes Performativas.

NOVEMBRO

No período compreendido entre 28 e 30 de novembro teve lugar na Academia da Juventude e das Artes algumas atividades. Embora tenham carácter de organização externa, devemos indicar as seguintes iniciativas:

- a) **Festa de Natal da Divertiláxia:** a pedido da instituição, decorreu no Auditório do Ramo Grande a 28 de novembro. A responsabilidade de organização deste espetáculo foi da própria Divertiláxia a quem a Cooperativa Praia Cultural deu todo o apoio técnico e logístico para o efeito.
- b) **Atividade de Cinema da Creche e ATL Olhar Poente:** A creche e ATL Olhar Poente solicitou a utilização do Auditório do Ramo Grande para exibição de um filme para os seus utentes. Esta iniciativa teve lugar a 28 de novembro. A Cooperativa Praia Cultural disponibilizou o espaço e deu todo o apoio técnico, logístico e humano.

DEZEMBRO

No decorrer do mês de dezembro realizaram-se diversas atividades, algumas alusivas ao período natalício e outras tantas cujo agendamento já estava confirmado e que foram solicitadas por entidades externas à Cooperativa Praia Cultural. Neste sentido, durante este período tiveram lugar os seguintes eventos:

- a) **Concerto Maria Bettencourt:** este evento teve lugar no Auditório do Ramo Grande tendo sido promovido pela Cooperativa Praia Cultural. Tratou-se de um novo espetáculo da artista praiense onde esta apresentou, não só algumas canções novas, mas também outras tantas que já faziam parte do seu repertório. Em termos de público verificou-se uma adesão satisfatória. Este evento decorreu no dia 2 de dezembro pelas 21:30.
- b) **Gala da Tauromaquia:** organizada pela Tertúlia Tauromáquica Praiense, esta iniciativa teve como objetivo primordial reunir sócios e simpatizantes desta entidade em clima de confraternização. Mais uma vez, e à semelhança de anos anteriores, homenagearam sócios, fundadores e todos aqueles que deram contributos significativos para a tauromaquia. Esta gala/jantar, contou com a presença de mais de 200 pessoas e na sua programação teve alguns momentos musicais. Este evento teve lugar no dia 2 de dezembro pelas 20:00. A Cooperativa Praia Cultural disponibilizou o espaço e deu todo o apoio técnico, logístico e humanos necessários para a boa concretização do evento.
- c) **Concerto Sociedade Filarmónica Progresso Lajense:** esta iniciativa teve lugar no Auditório do Ramo Grande no dia 6 de dezembro pelas 21:30 tendo sido um concerto de celebração do 70º aniversário da instituição. Este concerto contou também com a participação do Orfeão da Praia da Vitória. Para além do espaço para acolhimento, a Cooperativa Praia Cultural deu todo o apoio técnico, logístico e humano.
- d) **Workshop de Boas Práticas em Saúde no Serviço Regional de Saúde:** a Unidade de Saúde da Ilha Terceira requereu junto dos serviços administrativos da Cooperativa Praia Cultural a utilização da Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira para realização de um workshop de boas práticas em saúde. Esta iniciativa da responsabilidade da USIT teve lugar no dia 7 de dezembro e reuniu perto de uma centena de profissionais da área da saúde. Para que este tivesse

o maior sucesso e decorresse dentro do que era desejado pela organização, a CPC deu todo o apoio técnico e logístico necessário para uma boa concretização do evento.

- e) **Workshop – A Arte de Criticar e Elogiar:** promovido pela Clínica Ser Viva, esta iniciativa teve lugar no dia 8 de dezembro de 2017 na Sala de Formação da AJAIT. A cooperativa deu todo o apoio técnico e logístico a este evento.
- f) **Festa de Natal da Filarmónica União Praisense:** esta iniciativa promovida pela FUP teve lugar no dia 9 de dezembro e o seu principal objetivo foi reunir em clima de confraternização todos os seus sócios, músicos, formadores e simpatizantes no período natalício. Esta entidade deu todo o apoio necessário para uma boa execução do evento.
- g) **Encontro de Jovens da Praia da Vitória:** tratou-se de uma iniciativa do Sr. Tibério Carreiro que solicitou junto dos nossos serviços a disponibilização da AJAIT para um encontro com jovens de diferentes idades e aí serem abordadas várias temáticas relacionadas com a juventude. Esta iniciativa teve lugar no dia 10 de dezembro e para a realização deste evento foram disponibilizados todos os meios necessários para tal.
- h) **Festa de Natal das Valências Educativas da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória:** esta iniciativa teve lugar no dia 13 de dezembro no Auditório do Ramo Grande e foi organizada pela Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória. Teve como objetivo principal reunir todos os jovens afetos àquela instituição num espetáculo natalício que contou com a participação de diferentes turmas da Santa Casa. Esta iniciativa mereceu a nossa melhor atenção e foi-lhe dado todo o apoio técnico e logístico.
- i) **Concerto Sociedade Filarmónica Recreio Lajense:** a 22 de dezembro pelas 21:30 teve lugar no Auditório do Ramo Grande o concerto da Sociedade Filarmónica Recreio Lajense que contou com a participação do trompetista da Banda de Alcochete, José Manuel Raminhos. Esta foi uma iniciativa organizada por esta sociedade filarmónica que mereceu, tal como outras iniciativas de outras instituições, todo o apoio logístico e humano da Cooperativa Praia Cultural.

MARIA BETTENCOURT



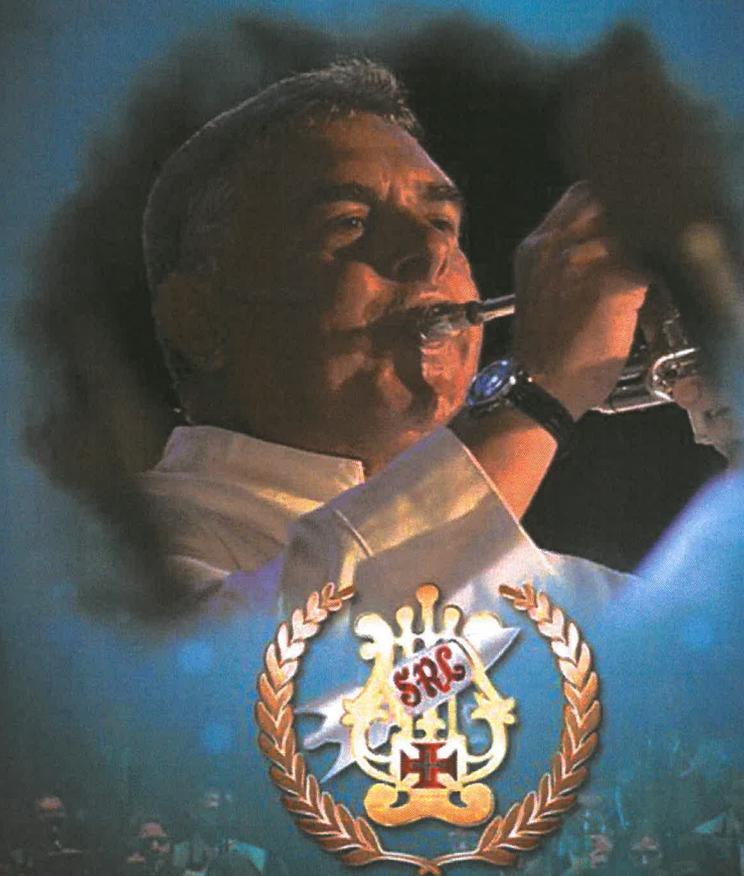
AUDITÓRIO DO RAMO GRANDE
Rua Serpa Pinto, Praia da Vitória
2 de DEZEMBRO 2017
21H30

foto Rui M. Leal



**CONCERTO DA SOCIEDADE RECREIO LAJENSE
COM O SOLISTA JOSÉ MANUEL RAMINHOS**

TROMPETISTA DA BANDA DE ALCOCHETE



**SEXTA . 22 . DEZ | AUDITÓRIO DO RAMO GRANDE
PELAS 21H00 | ENTRADA GRATUITA**

Praia da Vitória



A CIDADE ENCANTADA

Subordinada ao tema A Cidade Encantada, a Cooperativa Praia Cultural, em cooperação com a Câmara Municipal e a Loja Vitória, organizou as festividades natalícias entre 8 de dezembro e 6 de janeiro.

Para tal efeito concebeu-se toda a realização de decoração do centro histórico da cidade e áreas envolventes num projeto articulado entre os colaboradores da Cooperativa Praia Cultural e da Câmara Municipal da Praia da Vitória. A cidade, como foi possível verificar, teve uma nova iluminação alusiva à época, pois, considerou-se isso como um pilar fundamental na atração de pessoas ao Centro Histórico, sendo este um elemento complementar para as restantes atividades que se projetou e ali se desenvolveram.

Sobre esta iniciativa, destacam-se as seguintes atividades:

- a) **Espectáculo “Dar Música ao Natal”:** teve lugar 17 de dezembro na Praça Francisco Ornelas da Câmara. Este momento musical proporcionou o envolvimento de diferentes artistas do concelho, de diferentes idades, tendo sido tocados e interpretados alguns temas musicais alusivos à época. Foi sujeito a ajustes de agenda devido a condições atmosféricas adversas.
- b) **Casa do Pai Natal:** projetada e executada pelos colaboradores da Cooperativa Praia Cultural, este foi um espaço especialmente dedicado às crianças e que se encontrava na antiga casa do Dr. Eugénio entre os dias 8 e 24 de dezembro. Tentando simular o cenário da Casa do Pai Natal, aí as crianças podiam conversar com o Pai Natal, entregar as suas cartas bem como tirar algumas fotografias.
- c) **Animação Infantil:** foi subdividida em três momentos distintos e executada recorrendo à reutilização de elementos e vestuários adquiridos para os cortejos infantis que já tiveram lugar em diferentes edições das Festas da Praia. Neste sentido, a 9 de dezembro levou-se a cabo a “Visita da Bela e o Monstro à Cidade Encantada”, a 10 de dezembro “Madagáscar na Cidade Encantada” e a 17 de dezembro “Minions na Cidade Encantada”. Estes momentos decorreram com recurso a um carro alegórico e o percurso iniciou-se no Largo da Luz e terminou na Praça Francisco Ornelas da Câmara. Com estes três momentos proporcionou-se diferentes momentos de animação no Centro Histórico da Cidade.
- d) **Contos de Natal:** a 8 e 10 de dezembro, na Casa do Pai Natal, teve lugar momentos em que eram relatados alguns contos às crianças que visitaram aquele espaço.
- e) **Correio de Natal:** com o objetivo de se recolher as cartas que nesta época as crianças escrevem ao Pai Natal, a equipa de produção da Cooperativa Praia Cultural executou visitas a todas as escolas do concelho, com caracterização alusiva ao período natalício, com o intuito de recolher as cartas e criar momentos de confraternização das crianças em estreita colaboração com os diferentes estabelecimentos de ensino do concelho.
- f) **Teatro de Fantoques “A História de Natal”:** este foi mais um momento que decorreu na Praça Francisco Ornelas da Câmara que reuniu crianças e jovens do concelho naquele espaço.

- g) **Mercado de Natal – Café com Artesanato:** esta iniciativa esteve também integrada na programação de Natal. Contou com a participação de diferentes grupos e particulares que pretenderam expor os seus produtos artesanais entre o dia 1 e 23 de dezembro no Largo da Luz. Tendo este coincido com a paragem de alguns cruzeiros na Ilha Terceira, verificou-se um forte escoamento dos produtos expostos quando comparado com anos anteriores.
- h) **Concurso de Montras:** com o intuito de se envolver o Comércio Local nas festividades, levou-se a cabo, através da Loja Vitória, um concurso de montras para participação dos comerciantes do centro histórico com votação do público em geral.
- i) **Animação Musical:** neste sentido, criou-se vários momentos musicais pelo centro histórico atraindo público para dias distintos. Com este objetivo, a 8 de dezembro tivemos o espetáculo “Vamos cantar com a Cacau no Natal” e o Coro da Oficina de Música da Escola Francisco Ornelas da Câmara, a 9 de dezembro os Batukes e a 23 de dezembro o espetáculo do artista local João Pedro Santos.
- j) **Viagem de Comboio:** para este momento foi criado nas oficinas da Cooperativa Praia Cultural uma estrutura própria para o efeito. O comboio de Natal circulou entre os dias 8 e 23 de dezembro percorrendo a Rua de Jesus e a Praça Francisco Ornelas da Câmara.
- k) **Insufláveis, pinturas faciais e passeios de póneis:** esta parte da programação de Natal teve lugar entre os dias 8 e 24 de dezembro em diferentes espaços do centro histórico contribuindo também para uma maior dinâmica do centro da cidade nos diferentes polos de atração dos festejos de Natal.
- l) **Cinema:** em termos de cinema a 16 de dezembro no Auditório do Ramo Grande foi exibido o filme “A Estrela de Natal” tendo-se verificado uma forte adesão. De 14 a 20 de dezembro o Auditório recebeu também a estreia nacional de “Star Wars: the last Jedi” que não obteve o sucesso de bilheteira esperado e desejado, tal como em outras salas de cinema nacionais. Para tal prejuízo contribuiu também o facto de no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo terem exibido o mesmo filme nos mesmos dias. No entanto, é de salientar que a reserva desta sessão cinema já estava feita desde fevereiro de 2017, contudo, a NOS, empresa distribuidora, permitiu que o mesmo filme fosse exibido nos mesmos dias em Angra do Heroísmo.
- m) **Corrida de Natal:** em cooperação com o Gabinete de Desporto da Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi integrado na programação de Natal tendo tido lugar no dia 17 de dezembro.

ANEXOS 2

ATIVIDADES
"A Cidade Encantada" – O Natal na Praia da Vitória

ABERTURA DA ILUMINAÇÃO DE NATAL – 8 de dezembro

ESPECTÁCULO "DAR MÚSICA AO NATAL"
 Dias: 19, 17 e 23 de dezembro
 19h00
 Local: Praça Francisco Omeias da Câmara

CASA DO PAI NATAL
 De 8 a 24 de dezembro, aos Fins de Semana e Feriado
 16h00 – 19h00
 Local: Praça Francisco Omeias da Câmara

ANIMAÇÃO INFANTIL
 "Visita de Bela e o Monstro à Cidade Encantada" – 9 de dezembro
 "Madagascar na Cidade Encantada" – 10 de dezembro
 "Missionários na Cidade Encantada" – 17 de dezembro
 16h00 – 18h00
 Local: Rua de Jesus

"CONTOS DE NATAL" – 8 e 10 de dezembro
 16h00
 Local: Casa do Pai Natal

"CORREIO DE NATAL" – 11 e 15 de dezembro
 Visita de equipa do Pai Natal a todas as escolas do Concelho

TEATRO DE FANTOCHES "A HISTÓRIA DE NATAL" – 23 de dezembro
 16h00
 Local: Praça Francisco Omeias da Câmara

MERCADO DE NATAL – CAFÉ COM ARTESANATO
 De 1 a 23 de dezembro, aos Fins de Semana e Feriados
 12h00 – 19h00, exceto dia 23, que termina às 17h00
 Local: Largo da Luz

CONCURSO DE MONTRAS – DIA DO COMÉRCIO – 8 de dezembro

ANIMAÇÃO MUSICAL
 Espectáculo "Vamos Contar com a Caca, no Natal" – 8 de dezembro
 Coro da Oficina de Música da Escola F. Omeias da Câmara – 6 de dezembro
 "Batuque" – 9 de dezembro
 "João Pedro Santos" – 23 de dezembro
 16h00 – 18h00
 Local: Rua de Jesus

"VIAGEM DE COMBOIO"
 De 8 a 23 de dezembro, aos Fins de Semana e Feriado
 Local: Praça Francisco Omeias da Câmara / Rua de Jesus

INSUFLÁVEIS | PINTURAS FACIAIS | PASSEIOS DE PÔNEIS
 De 8 a 24 de dezembro, aos Fins de Semana e Feriado
 16h00 – 19h00
 Local: Largo da Luz, Largo de Jesus e Praça Francisco Omeias da Câmara (Próximos da Praça 23 aos Fins de Semana)

CINEMA INFANTIL
 "A Estrela de Natal"
 16 de dezembro – 18h00 // 17 de dezembro – 15h00
 Local: Auditório do Ramo Grande

CINEMA – Estrela Nacional
 "Star Wars: The Last Jedi"
 De 14 a 20 de dezembro – 21h00
 Local: Auditório do Ramo Grande

CONCERTOS – AUDITÓRIO DO RAMO GRANDE
 Maria Bettencourt – 2 de dezembro – 21h30
 Filarmónica da Sociedade Progresso Lujense acompanhada pelo Orfeão da Praia da Vitória – 6 de dezembro – 21h30
 Filarmónica da Sociedade Recreio Lujense acompanhada pelo solista José Manuel Romalho (Solista da Banda de Alcochete) – 22 de dezembro – 21h00

"CORRIDA DE NATAL" – 17 de dezembro
 19h00
 Local: Passeio da Marina

PASSAGEM DE ANO – 31 de dezembro
 Local: Tenda da Mãe da Praia da Vitória

XII edição do "VAMOS CANTAR OS REIS" – 6 de janeiro
 16h30
 Local: Rua de Jesus à Praça Francisco Omeias da Câmara

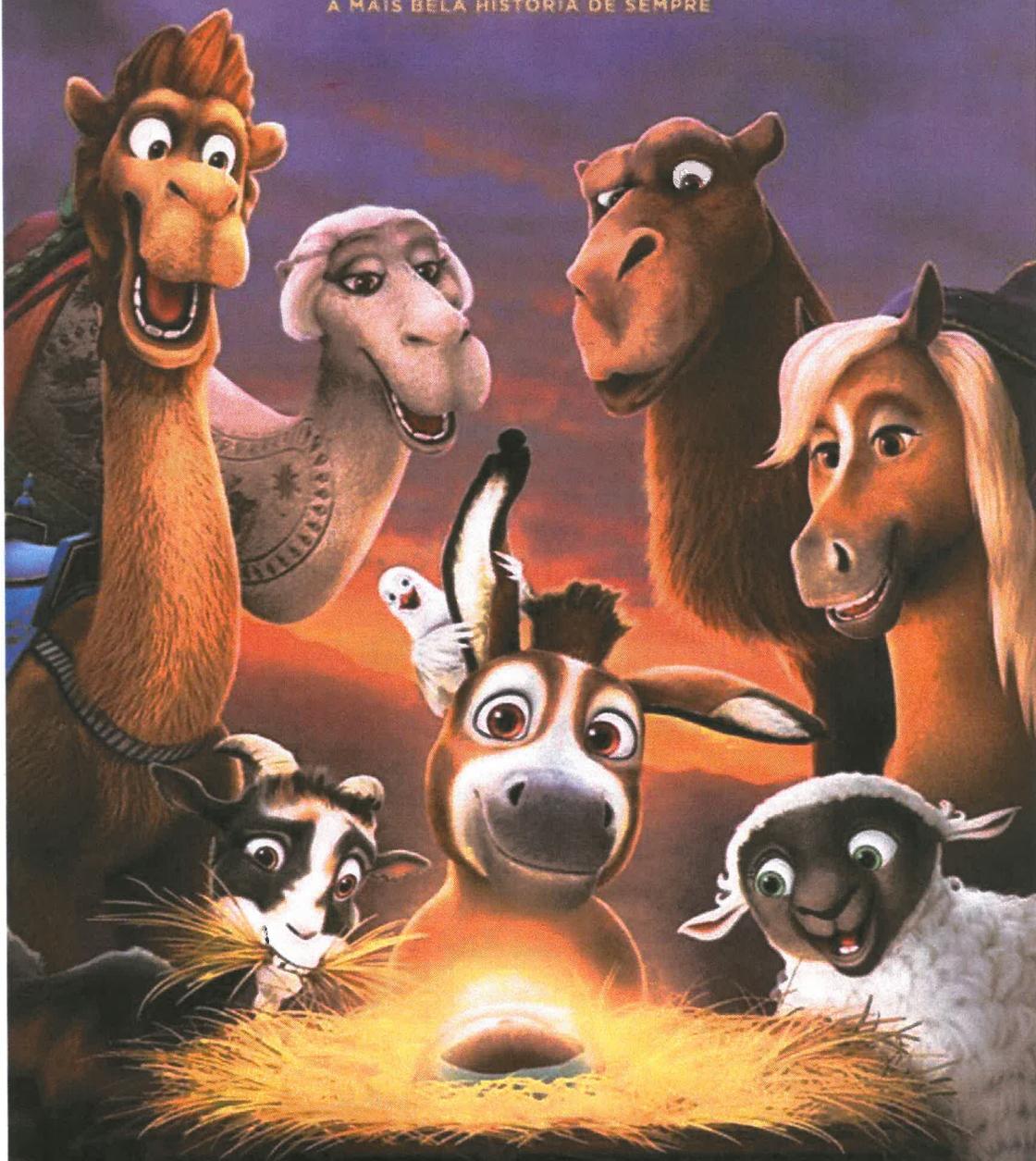
SORTEIO DE NATAL "Vitória" – 6 de janeiro
 21h00
 Local: Praça Francisco Omeias da Câmara

O COMÉRCIO VAI ESTAR ABERTO

Festas e comemorações de 28 de dezembro (domingo) às 15h00

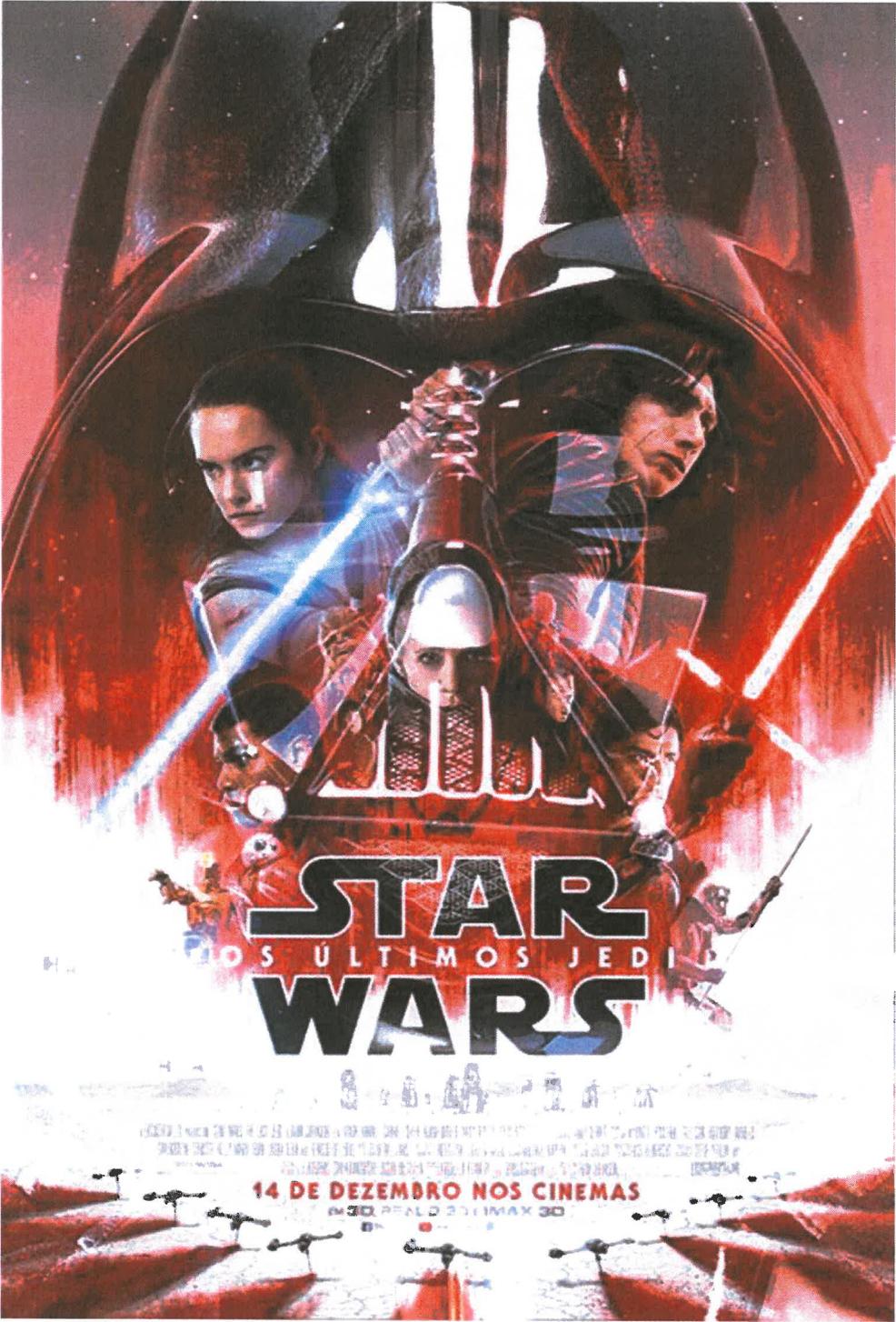
A ESTRELA DE NATAL

A MAIS BELA HISTÓRIA DE SEMPRE



UMA ESTRELA VAI CONTAR A MAIOR HISTÓRIA DE SEMPRE

ANIMATION **ANIMATION** **ANIMATION** **ANIMATION** **BREVEMENTE** **ANIMATION** **ANIMATION** **ANIMATION**



PASSAGEM DE ANO

A passagem de Ano 2017-2018 foi organizada em parceria com os bares da Praia da Vitória e os restaurantes locais. Para tal iniciativa, em termos de bares, obtivemos cooperação junto do Blues, Ginsu, Zodíaco e Delman's que fizeram a exploração do recinto. A cargo da Cooperativa Praia Cultural esteve a decoração do recinto e aspetos logísticos. Em termos de decoração recorreu-se ao uso de materiais já existentes e que foram utilizados em edições anteriores das Festas da Praia.

Tal como em edições anteriores, houve cooperação da Câmara Municipal da Praia da Vitória na montagem de todas as estruturas inerentes a este evento.

À semelhança de anos anteriores, estabeleceu-se também uma parceria com os restaurantes locais em que estes entregaram aos seus clientes daquela noite uma pulseira de acesso ao recinto da Passagem de Ano. Esta parceria envolveu os seguintes restaurantes: O Pescador, Gotas Flutuantes, Sabores do Chef, Mar dos Açores, Graça Pastelaria, Santa Cruz, Tropical Point e Zodíaco. Este acordo com os restaurantes permitiu que mais de 300 pessoas tivessem acesso ao espaço da passagem de ano.

Este evento contou com a participação dos artistas "Festa dos Trintões", Garotas de Ipanema e DJ Rodrigo que foram contratados pelos bares que cooperaram na organização do evento.

Para este evento houve obtivemos também cooperação da TOP FM que divulgou a iniciativa nos seus meios e da VITEC que elaborou o spot publicitário que foi criado e fez alguns diretos do local. Este espetáculo mereceu a melhor atenção da RTP Açores a partir do qual fez reportagem em direto para a sua emissão.

A passagem de ano contou também com Fogo-de-artifício.

Os bares venderam mais de 1000 pulseiras para entrada no recinto tendo-se verificado um acréscimo quando comparado com anos anteriores.

É de salientar que durante este evento não se registou qualquer incidente.

FESTA DOS TRINTA E TRÊS

CJ RODRIGO

GAROTAS Spanema

passagem
D'ANOS
2017-2018

MARINA DA PRAIA DA VITÓRIA
Abertura às 23h00 - Fogo de Artifício e Espumante às 24h00

Aquisição de pulseiras

Normal - 10€
BARES ADERENTES E À ENTRADA DO RECINTO
Pulseira + Jantar
CONSULTAR MENUS, RESPECTIVAS CONDIÇÕES E VALORES
NA PÁGINA DE FACEBOOK DO MUNICÍPIO, NA LOJA VITÓRIA
LOCAL E NOS RESTAURANTES ADERENTES

III – Prestação de Contas

Demonstração Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice das demonstrações financeiras:

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017

Eur

	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3.202.988,25	3.315.249,89
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros		250.394,11	92,92
Créditos a receber		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Subtotal		3.453.382,36	3.315.342,81
Ativo corrente			
Inventários		2.244,75	1.593,64
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Clientes		28.025,91	41.029,81
Estado e outros entes públicos		237,53	37.884,81
Capital subscrito e não realizado		0,00	0,00
Outros créditos a receber		375.755,15	182.157,45
Diferimentos		6.456,58	4.450,80
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		23.696,77	57.599,16
Subtotal		436.416,69	324.715,67
Total do ativo		3.889.799,05	3.640.058,48
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		1.140.715,00	1.140.715,00
Ações (quotas próprias)		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		11.631,02	11.490,24
Resultados transitados		-1.099.949,82	-1.101.166,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		1.899.512,10	1.940.341,16
Subtotal		1.951.908,30	1.991.380,40
Resultado líquido do exercício		5.731,06	1.407,72
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do capital próprio		1.957.639,36	1.992.788,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		422.274,44	491.547,60
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivo por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		422.274,44	491.547,60
Passivo corrente			
Fornecedores		394.304,78	407.189,86
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		9.524,81	10.652,50
Accionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		619.850,86	254.607,22
Outras dívidas a pagar		486.204,80	483.273,18
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Subtotal		1.509.885,25	1.155.722,76
Total do passivo		1.932.159,69	1.647.270,36
Total do capital próprio e do passivo		3.889.799,05	3.640.058,48

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature: Carlos Rocha]

CE N° 91378

[Handwritten signature: Carlos Alberto]

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de dezembro de 2017

Eur

Código de Contas		RENDIMENTOS E GASTOS	Exercícios		
Pos	Neg		2017	2016	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados	539.864,58	437.099,74	23,51%
75		Subsídios à exploração	1.578.437,33	1.522.665,99	3,66%
785+792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	0,00%
73		Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00%
74		Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4.424,77	-5.140,60	-13,93%
	62	Fornecimentos e serviços externos	-1.577.553,71	-1.443.442,11	9,29%
	63	Gastos com o pessoal	-408.578,54	-376.615,13	8,49%
7622	652	Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00%
7623...	653+...	Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
77	66	Aumentos / reduções de justo valor	3,62	0,00	0,00%
78-785...		Outros rendimentos	50.495,51	60.266,62	-16,21%
	68-685...	Outros gastos	-15.376,46	-37.253,56	-58,72%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			162.867,56	157.580,95	3,35%
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-140.531,05	-143.800,55	-2,27%
7625/6	655/6	Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			22.336,51	13.780,40	62,09%
79		Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00%
	69	Juros e gastos similares suportados	-14.420,93	-10.756,12	34,07%
86		Resultado antes de impostos	7.915,58	3.024,28	161,73%
	812	Imposto sobre o rendimento do período	-2.184,52	-1.616,56	35,13%
Resultado líquido do período			5.731,06	1.407,72	307,12%
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período					
Resultado líquido do período atribuível: (*)					
Detentores do capital da casa mãe					
Interesses que não controlam					
Subtotal					
Resultado por ação básico					

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Direção

[Assinatura]
 Mariana Pereira

[Assinatura]
 Carlos Alberto Vieira
[Assinatura]
 João Paulo de Santa Cruz

O Contabilista Certificado

[Assinatura]
 Carlos Rocha

CE N.º 91378

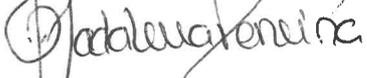
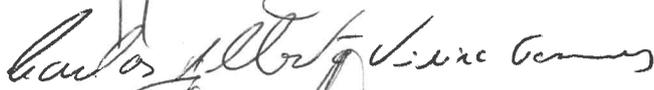
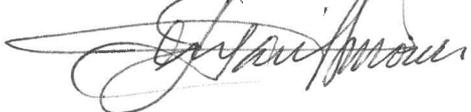
Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

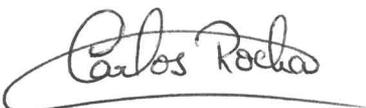
Rúbricas	Notas	2017	2016
Recebimentos de Clientes		625.916,81	487.319,53
Pagamentos a Fornecedores		-1.727.283,38	-1.308.353,51
Pagamentos ao Pessoal		-284.251,60	-247.162,66
Caixa geradas pelas operações		-1.385.618,17	-1.068.196,64
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-544,78	-3.393,51
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		933.900,44	1.247.859,99
Fluxos das atividades operacionais (1)		-452.262,51	176.269,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-250.000,00	-8.192,70
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		-250.000,00	-8.192,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		937.081,43	530.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-257.143,13	-641.188,62
Juros e gastos similares		-11.578,18	-10.178,93
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		668.360,12	-121.367,55
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-33.902,39	46.709,59
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	60.630,66
Caixa e seus equivalentes no início do período (via plano contas)		57.599,16	10.889,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-33.902,39	46.709,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período (via plano contas)		23.696,77	57.599,16

A Direção

O Contabilista Certificado




 CC N°9/378



Praia Cultural – C.I.P.R.L.

ANEXO

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Praia Cultural é uma cooperativa de interesse público, de acordo com o artigo 6º do Código Cooperativo e com o Decreto-Lei nº31/84, de 21 de Janeiro, de responsabilidade limitada e sem fins lucrativos, que tem a sua sede social na Rua Serpa Pinto nº62, Praia da Vitória, e que tem como objeto principal a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura e audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia Cultural tem também por objeto a prestação de serviços na referida área.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.



O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Handwritten signatures and a blue triangle with the number 3.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual/duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 80
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Cooperativa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros

estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registrados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registrados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registrados no capital próprio.

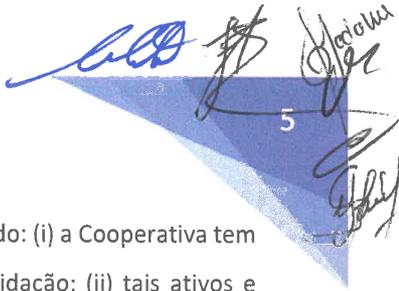
O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.



A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Cooperativa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Cooperativa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Cooperativa é o custo médio.

4.7 Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Cooperativa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Cooperativa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Cooperativa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.



4.11 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

4.12 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Direção pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

4.13 Fornecedores e Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

4.14 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes (inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017 conforme se seguem:

Descrição	2016	2017
Caixa	1.580,00	2.784,90
Depósitos à ordem	56.019,16	20.911,87
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	57.599,16	23.696,77

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Ativo Bruto

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e recursos naturais	29 518,86	-	-	-	29 518,86	-	-	-	29 518,86
Edifícios e outras construções	3 689 015,57	-	-	-	3 689 015,57	-	-	-	3 689 015,57
Equipamento básico	1 741 148,61	-	-	-	1 741 148,61	95,38	-	-	1 741 243,99
Equipamento de transporte	26 250,00	4 000,00	-	-	30 250,00	-	-	-	30 250,00
Equipamento administrativo	80 169,95	776,36	-	-	80 946,31	2 012,46	-	-	82 958,77
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	13 250,00	-	-	13 250,00
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	29 686,84	2 957,23	-	-	32 644,07	12 911,57	-	-	45 555,64
	5 595 789,83	7 733,59	-	-	5 603 523,42	28 269,41	-	-	5 631 792,83

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	507 239,59	46 112,69	-	-	553 352,28	46 112,69	-	-	599 464,97
Equipamento básico	1 527 954,76	78 990,49	-	-	1 606 945,25	78 712,63	-	-	1 685 657,88
Equipamento de transporte	20 833,33	2 375,00	-	-	23 208,33	2 625,00	-	-	25 833,33
Equipamento administrativo	77 846,74	2 133,24	-	-	79 979,98	2 715,47	-	-	82 695,45
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	828,13	-	-	828,13
Outros ativos fixos tangíveis	20 367,57	4 420,12	-	-	24 787,69	9 537,13	-	-	34 324,82
	2 154 241,99	134 031,54	-	-	2 288 273,53	140 531,05	-	-	2 428 804,58

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 3.2).

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Ativo Bruto

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	586 140,00	-	586 140,00	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	586 140,00	-	586 140,00	-	-	-	-	-	-

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	80 594,25	9 769,01	90 363,26	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	80 594,25	9 769,01	90 363,26	-	-	-	-	-	-



 Paulo Roberto de Souza

Vidas úteis

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Direitos de Superfície	20

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Cooperativa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Cooperativa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Praia Cultural é uma entidade sem fins lucrativos, no entanto encontra-se abrangida pelo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A Cooperativa encontra-se sujeita à Tributação Autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no CIRC, estando estas taxas sujeitas a uma redução de 20% de acordo com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores.

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	
Resultado Líquido do Período	5 731,06
Acresce	
IRC (incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros)	2 184,52
Encargos com combustíveis	540,07
Lucro Tributável	8 455,65
Imposto Imputável à RAA (13,6% * Lucro Tributável) (+)	1.149,97
Pagamento Especial por Conta (dedução à coleta) (-)	1.149,97
Pagamento por conta (dedução no IRC a pagar) (-)	330,00
Derrama Municipal (1,5% * Lucro Tributável) (+)	126,83
Tributações Autónomas (+)	907,72
TOTAL A PAGAR	704,55

9 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017, os inventários da Cooperativa apresentavam os seguintes valores:

Inventários

	Inventário em 01/01/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2017
Matérias primas e consumíveis	-	167,24	-	61,73	678,28	-	114,30
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	2 318,67	5 783,98	1 535,65	1 531,91	6 212,09	1 814,49	2 130,45
...							
	2 318,67	5 951,22	1 535,65	1 593,64	6 890,37	1 814,49	2 244,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				5 140,60			4 424,77
Variações nos inventários da produção				-			-

10 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

11 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017, as contas de clientes e de outros créditos a receber da Cooperativa, apresentavam a seguinte composição:

	Cientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor liquido	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos	-	-	-	-	-	-
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	39 348,81	24 615,91	-	-	39 348,81	24 615,91
De 180 a 360 dias	-	150,00	-	-	-	150,00
Mais de 360 dias	1 681,00	3 260,00	-	-	1 681,00	3 260,00
Cientes de Cobranças Duvidosas						
Saldos não vencidos	-	-	-	-	-	-
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	-	-	-	-	-	-
De 180 a 360 dias	-	-	-	-	-	-
Mais de 360 dias	-	-	-	-	-	-
	41 029,81	28 025,91	-	-	41 029,81	28 025,91

Outros Créditos a Receber

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Fornecedores (saldos contrários)	-	-
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	28,18	432,13
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros acionistas	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	-
Juros a receber	-	-
Faturação a emitir	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	<u>182 129,27</u>	<u>375.323,02</u>
	<u>182 157,45</u>	<u>375 755,15</u>

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Ativos

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Diferimento de gastos		
Obras	-	-
Rendas	2 100,00	2 121,12
Outros gastos diferidos	<u>2 350,80</u>	<u>4 335,46</u>
	<u>4 450,80</u>	<u>6 456,58</u>

13 CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2017, o capital subscrito é detido pelos seguintes *Cooperantes*:

Entidades	Nº de Títulos	%	Valor €
Município da Praia da Vitória	222.119	97,36%	1.110.595,00
Filarmónica União Praisense	5.918	2,59%	29.590,00
Corpo Nacional de Escutas	50	0,02%	250,00
Grupo de Teatro Experimental "A Teia"	3	0,00%	15,00
Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha	3	0,00%	15,00
Orfeão da Praia da Vitória	50	0,02%	250,00
Total	228.143	100,00%	1.140.715,00

14 PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017 as rubricas de "Fornecedores" e de "Financiamentos Obtidos" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2017
Fornecedores, Conta Corrente	407 189,86	394 304,78
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	-
	407 189,86	394 304,78

Empréstimos de Instituições de Crédito:	Entidade financiadora:	2016		2017		Vencimento
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
00-032202329 01/43	Santander	35 334,06	-	-	-	2017
00-032202329 01/44	Santander	59 273,16	281 547,60	59 273,16	222 274,44	2022
Conta Cauionada	NB Açores	150 000,00	-	295 577,70	-	
Livrança	NB Açores	-	-	250 000,00	-	2018
Empréstimos de Outros Financiadores:	Entidade financiadora:	2016		2017		Vencimento
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Contrato de Mútuo	S.D.C.P.V.	10 000,00	210 000,00	15 000,00	200 000,00	2038
	Total	254 607,22	491 547,60	619 850,86	422 274,44	

15 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
621	Subcontratos	362 015,24	-
6211	Despesas com Subcontratos	362 015,24	-
622	Serviços especializados	480 440,77	440.374,12
6221	Trabalhos especializados	148 479,10	31.036,73
6222	Publicidade e propaganda	26 276,85	29.065,32
6223	Vigilância e segurança	41 505,18	52.831,93
6224	Honorários	197 250,73	273.127,15
6225	Comissões	-	757,31
6226	Conservação e reparação	11 705,34	29.334,20
6227	Serviços bancários	2 402,01	820,85
6228	Outros	52 821,56	23.400,63
6229	Descontos e abatimentos em serviços especializados	-	-
623	Materiais	152 915,99	215.180,47
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 089,79	-
6232	Livros e documentação técnica	-	-
6233	Material de escritório	5 815,77	4.569,40
6234	Artigos para oferta	6 747,50	16.239,02
6238	Outros	140 015,41	194.372,05
6239	Devoluções, desc. e abatimentos em materiais	-752,48	-
624	Energia e fluidos	33 447,64	36.615,26
6241	Eletricidade	25 060,86	28.897,86
6242	Combustíveis	7 736,50	6.830,56
6243	Água	650,28	886,84
6248	Outros	-	-
6249	Descontos e abatimentos em energia e fluidos	-	-
625	Deslocações, estadas e transportes	206 363,70	192.171,83
6251	Deslocações e estadas	7 240,75	8.760,63
6252	Transportes de pessoal	1 340,00	767,00
6253	Transportes de mercadorias	-	-
6254	Transportes de material	36 414,93	36.721,28
6258	Outros	161 368,02	145.922,92
626	Serviços diversos	208 258,77	693.212,03
6261	Rendas e alugueres	27 115,40	25.933,32
6262	Comunicação	6 533,52	5.559,92
6263	Seguros	4 754,70	4.461,73
6264	Royalties	-	-
6265	Contencioso e notariado	737,20	411,00
6266	Despesas de representação	-	-
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 307,51	13.153,19
6268	Outros serviços	167 825,87	643.692,87
6269	Descontos e abatimentos em serviços diversos	-15,43	-
62	TOTAL	1 443 442,11	1 577 553,71

16 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
631	Remunerações dos órgãos sociais	-	-
632	Remunerações do pessoal	310 532,20	338 064,23
633	Benefícios pós-emprego	-	-
634	Indemnizações	-	528,00
635	Encargos sobre remunerações	59 980,09	64 277,52
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 869,47	4 873,79
637	Gastos de ação social	164,21	-
638	Outros gastos com o pessoal	1 069,16	835,00
63	TOTAL	376 615,13	408 578,54

17 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização" nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017 é conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
641	Propriedades de investimento	-	-
642	Ativos fixos tangíveis	134 031,54	140 531,05
643	Ativos intangíveis	9 769,01	-
64	TOTAL	143 800,55	140 531,05

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2016 e em dezembro de 2017, são detalhados conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
691	Juros suportados	10 756,14	14 420,93
6911	Juros de financiamentos obtidos	8 754,02	14 420,93
6913	Outros juros de empréstimos obtidos	2 002,10	-
6915	Juros de mora	-	-
6918	Outros juros	0,02	-
698	Outros gastos e perdas de financiamento	1 126,54	4 994,66
69	TOTAL	11 882,68	19 415,59

19 RÉDITOS

A rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços" nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
711	Mercadorias	12 541,85	13 623,23
712	Bilhetes	196 771,42	300 422,65
717	Devoluções de vendas	-2 562,81	-2 915,12
718	Descontos e abatimentos em vendas	-	-
71	TOTAL	206 750,46	311 130,76

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
721	Serviço A - Serviços	143 305,43	97 630,82
722	Serviço B - Alugueres	137 243,17	136 594,52
725	Serviços Secundários	2 000,00	-
728	Descontos e abatimentos	-52 199,32	-5 491,52
72	TOTAL	230 349,28	228 733,82

A rubrica "Subsídios à Exploração" que inclui os donativos, nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017, é detalhada conforme se segue

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	38 500,99	34 137,33
752	Subsídios de outras entidades	1 484 165,00	1 544 300
75	TOTAL	1 522 665,99	1 578 437,33

20 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2017, a Cooperativa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

DESCRIÇÃO DO SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
<i>Ao Investimento</i>			
Construção do Auditório	Não reembolsável	2 291 292,71	39 195,80
Aquisição da Máquina de Projeção Digital	Não reembolsável	25 247,76	8 408,10
Renovação do Estúdio de Gravação	Não reembolsável	9 671,6	1 961,16

Handwritten signatures and the number 21 in the top right corner.

À Exploração

Apoio Social à Mobilidade	Não reembolsável	-	2 719,83
Apoio às Festas da Praia	Não reembolsável	-	25 000,00
Apoio ao Outono Vivo	Não reembolsável	-	3 600,00
Apoio ao Festival de Contos	Não reembolsável	-	2 817,50
TOTAL		2 326 212,07	83 702,39

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

A RECEBER	
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	237,53
TOTAL	237,53
A PAGAR	
IRC - A Pagar	370,35
IRS - Retenção de Impostos a Terceiros	1 501,83
IRC - Retenção de Impostos a Terceiros	424,22
Contribuições Sociais (inclui Seg. Social/CGA)	7 178,91
Fundos de Compensação	49,50
TOTAL	9 524,81

21.2 Outros Rendimentos

O detalhe da rubrica de "Outros Rendimentos" tem no exercício de 2016 e 2017 a seguinte composição:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,22	-
7868	Outros rendimentos e ganhos	0,22	-
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
7871	Alienações	-	-
788	Outros *	60 266,40	50 495,51
7881	Correções relativas a períodos anteriores	-	-
7883	Imputação de subsídios para investimentos	59 334,04	49 565,06
7886	Excesso de estimativa - Enc. c/ Férias e Subsídio de Férias	932,36	-
7888	Outros não especificados	-	930,45
78	TOTAL	60 266,62	50 495,51

21.3 Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos" tem no exercício de 2016 e 2017 a seguinte composição:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2016	2017
681	Impostos	3 740,55	5 918,90
6811	Impostos diretos	1 675,74	-
6812	Impostos indiretos:	950,82	3 034,43
6813	Taxas	1 113,99	2 884,47
684	Perdas em inventários *	1 535,65	1 451,89
6842	Quebras	1 535,65	1 451,89
688	Outros *	30 849,80	3 011,00
6881	Correções relativas a períodos anteriores	20 750,00	-
6882	Donativos	9 500,00	-
6883	Quotizações	50,00	50,00
6888	Outros não especificados	549,8	2 961,00
689	Outros gastos e perdas	1,00	0,01
6988	Outros gastos e perdas financiamento	1 126,56	4 994,66
	TOTAL	37 253,56	15 376,46

21.4. Outras dívidas a pagar e outros créditos a receber

A rubrica "Outras Dívidas a Pagar e Outros Créditos a Receber" nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

Outras Dívidas a Pagar	2016	2017
<i>Credores por Acréscimos</i>		
Remunerações a liquidar	44 996,86	54 386,60
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	1 995,39	5 103,25
Estagiários	-	-
<i>Credores</i>		
Colaboradores honorários	830,00	-
Outros credores	14,96	14,98
<i>Ajustamentos em subsídios</i>	435 435,97	426 699,97
TOTAL	483 273,18	486 204,80

Outros Créditos a Receber	2016	2017
<i>Devedores</i>		
Cooperantes	72,42	72,42
ASTP	170 000,00	122 750,60
Adiantamentos a Funcionários	28,18	432,13
Juros a receber	-	-
Direção Regional da Cultura	2 400,00	-
Direção Regional do Turismo	-	12 500,00
Praia em Movimento	-	240 000,00
Outros devedores	9 656,85	-
TOTAL	182 157,45	375 755,15

A rubrica "Ajustamentos em Subsídios" resulta do reconhecimento de ajustamentos em subsídios calculados de acordo com a taxa de IRC em vigor para o exercício de 2017 acrescido da derrama.

21.5. Fundo de Compensação do Trabalho

Durante o ano de 2017 as unidades de participação detidas pela Praia Cultural no Fundo de Compensação do Trabalho valorizaram 3,62€.

21.6. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõem-se que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 5.731,06€ sejam aplicados da seguinte forma: para resultados transitados o montante de 5.157,96€ (90%), para reservas legais o montante de 286,55€ (5%) e para reservas para a Educação e Formação o montante de 286,55€ (5%), conforme Art.º 48º dos estatutos da Praia Cultural.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Subsequentemente à data das demonstrações financeiras não ocorreram quaisquer factos cuja relevância seja merecedora de divulgação neste anexo.

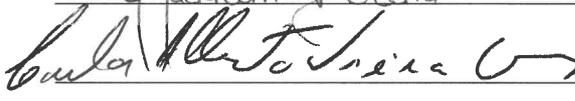
23 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a Cooperativa Praia Cultural não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Mais se informa que a Cooperativa não tem quaisquer dívidas em situação de mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

A Direção



Godalema Pereira


Paulo Roberto Pereira


J. Augusto B. Gomes

O Contabilista Certificado



Carlos Rocha
CCNº 91378

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 3.889.799,05 Euros e um total de capital próprio de 1.957.639,36 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.731,06 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- A avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

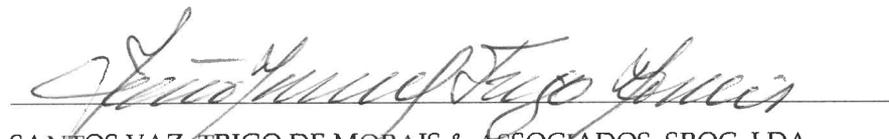
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 26 de março de 2018



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881



COOPERATIVA - PRAIA CULTURAL
Rua Serpa Pinto • 9760-545 PRAIA DA VITÓRIA

Câmara Municipal da Praia da Vitória • Filarmónica União Praiense • Grupo Experimental de Teatro A Teia
Orfeão da Praia da Vitória • Grupo Folclórico das Fontinhas • Corpo Nacional de Escutas

CONTRIBUINTE N.º 512 054 436

PARECER

Usando das competências que lhe conferem o Art.º 39º dos Estatutos da “Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada”, emitir parecer no que respeita à fiscalidade do período e atividade da Cooperativa “Praia Cultural”, no espaço de tempo correspondente ao ano económico de 2017.

Assim, e nos termos supramencionados, este conselho procede à apreciação dos documentos fornecidos, para tal efeito.

Com base nos elementos apreciados e postos à disposição para análise, achamos apto para aprovação, o Relatório de Apuramento de Contas do período em apreço.

Praia da Vitória, aos 23 dias do mês de março de 2018

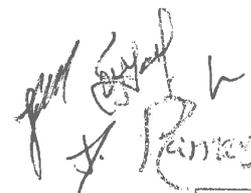
O Conselho Fiscal



Rui Simões

Luís Carlos Castro Gonçalves

Luisa Honiz Hatos



ATAS

ATA N.º 3/2018

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA PRAIA CULTURAL – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu nos Paços de Concelho da Praia da Vitória, por sua sede não comportar todos os Cooperantes, em sessão ordinária, em segunda convocatória, estando presentes mais de metade do Capital, a Assembleia Geral da Praia da Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, com sede na Rua Serpa Pinto, n° 62, Pessoa Coletiva n° 512 054 436, presidiu o Sr. Dr. Tibério Manuel Faria Dinis, na qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral, que reúne com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um: Apresentação e votação do Relatório e Contas de 2017;
- Ponto dois: Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Ponto três: Proposta para primeira revisão orçamental;
- Ponto quatro: Renúncia do cargo de Vogal da Direção;
- Ponto cinco: Nomeação do Representante do Orfeão da Praia da Vitória.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Tibério Manuel Faria Dinis, Presidente da Mesa da Assembleia Geral (em representação do Município da Praia da Vitória), Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Vice- Presidente da Mesa da Assembleia Geral (em representação do Município da Praia da Vitória), Carlos Armando Ormonde da Costa, Presidente da Direção (em representação do Município da Praia da Vitória), Maria Madalena Medeiros Pereira, Vice Presidente da Direção (em representação da FUP), José Avelino dos Santos Simões Borges, Tesoureiro (em representação do Município da Praia da Vitória), Sra. Luísa Moniz Matos, Relatora do Conselho Fiscal (em representação do Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”) e o Sr. José Gabriel Dias de Medeiros, (em representação do Orfeão da Praia da Vitória).

- Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade o Relatório e Contas de 2017.

ATAS

- Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 5.731,06€ seja aplicado da seguinte forma: para resultados transitados o montante de 5.157,96€ (90%), para reservas legais o montante de 286,55€ (5%) e para reservas para a Educação e Formação o montante de 286,55€ (5%), conforme Art.º 48º dos estatutos da Praia Cultural.

- Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade a proposta para primeira revisão orçamental.

- Entrando no ponto quatro da ordem de trabalhos, renuncia ao cargo por motivos profissionais, o Sr. Francisco Saul Pinheiro Mouro (Vogal da Direção), representante do Orfeão da Praia da Vitória.

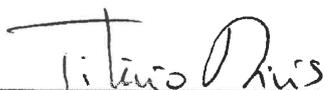
- Entrando no ponto cinco da ordem de trabalhos, procedeu-se à nomeação do representante do Orfeão da Praia da Vitória nos órgãos sociais:

Direção:

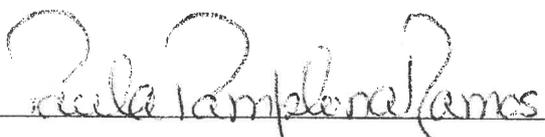
Vogal: Sr. José Gabriel Dias de Medeiros, casado, portador do NIF 137 160 593, residente em Caminho de Cima, 12B, São Brás, 9760-453 Praia da Vitória.

Os pontos quatro e cinco foram aprovados por unanimidade e de seguida foi dada posse ao novo membro, assinando no final a presente ata para os devidos efeitos.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia- Geral.



(Tibério Manuel Faria Dinis)



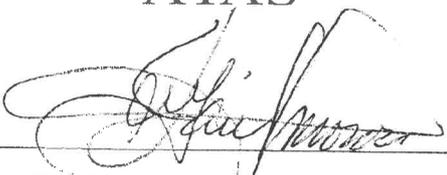
(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

Praia Cultural - Coop. Int. Pub. Resp. Lda.
Rua Serpa Pinto n° 62
9760-545 Praia da Vitória C.A.E.: 94991 N.I.F.: 512054436
Mat. 30 de 1998.10.06 em Praia da Vitória Cap.: EUR 1140715,00

W

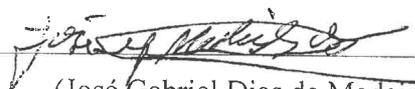
ATAS

Folha 44



(Francisco Saul Rinheiro Mouro)

Termo de Posse



(José Gabriel Dias de Medeiros)